



Suspeito de corrupção no DF não terá acesso a inquérito

24/02/2010

Suspeito de estar envolvido no esquema de corrupção no Distrito Federal, o policial aposentado Marcelo Toledo não tem permissão para acessar documentos do inquérito da Operação Caixa de Pandora no Superior Tribunal de Justiça. A operação investigou acusações de corrupção em Brasília. A decisão é do Supremo Tribunal Federal. As informações são da *Agência Brasil*.

O Ministério Público do Distrito Federal recorreu ao Supremo Tribunal Federal contra decisão da 8ª Vara Criminal de Brasília, que havia autorizado o amplo acesso às provas colhidas durante as investigações pelos advogados do policial. Para o relator, ministro Marco Aurélio Mello, não há “situação concreta” que justifique o acesso ao inquérito.

De acordo com as investigações da Polícia Federal, Toledo teria ligações com o ex-governador em exercício do Distrito Federal, Paulo Octávio(ex-DEM), que renunciou ao cargo na terça-feira (23). No entanto, a Justiça entendeu que a ausência do nome do policial no inquérito da Caixa de Pandora “em princípio evidenciaria a ausência de interesse na vista pretendida [pela defesa]”. Porém, o Ministério Público alegou que “o acesso prematuro aos dados poderia comprometer o desenvolvimento das investigações”.

Entenda o caso

A operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal, resultou no escândalo político chamado de mensalão do DEM, que envolve o governador, secretários e parlamentares do governo do DF, cujos vídeos foram divulgados no fim do ano passado. O esquema de desvio de recursos públicos envolvia empresas de tecnologia para o pagamento de propina a deputados da base aliada.

O governador José Roberto Arruda (ex-DEM) aparece em um dos vídeos recebendo dinheiro. As imagens foram gravadas pelo ex-secretário de Relações Institucionais, Durval Barbosa, que, na condição de réu em 37 processos, denunciou o esquema após um acordo de delação premiada. Em pronunciamento oficial, Arruda afirmou que os recursos recebidos durante a campanha foram “regularmente registrados e contabilizados”.

As investigações apontam indícios de que Arruda, assessores, deputados e empresários podem ter cometido os crimes de formação de quadrilha, peculato, corrupção passiva e ativa, fraude em licitação, crime eleitoral e crime tributário. Após o afastamento de Arruda, Paulo Octávio assumiu o governo. No entanto, depois de muita pressão, ele renunciou ao cargo de governador em exercício.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2010-fev-24/suspeito-corrupcao-df-nao-acesso-inquerito/>